

# Saúde Pública ao Centro

**Boletim do Centro Regional de Saúde Pública do Centro**

**N.º 6 · Janeiro-Março de 2006**

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO



Centro Regional de Saúde Pública do Centro

## ÍNDICE

### Editorial

**Artigo original:**  
*Condições de  
segurança, higiene e  
saúde nas escolas do  
concelho de Leiria*  
**OLINDA SÁ MARQUES  
& REGINA COSTA**

**Relatório:**  
*Projecto ambiental  
“Crescer para uma  
nova vida”*  
**CRISTINA MADEIRA,  
CRISTINA SANTOS &  
ESMERALDA SANTOS**

### Leituras aconselhadas

### Sites de interesse



Ministério da Saúde

# SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO

boletim do centro regional de saúde pública do centro

Nº 6 Janeiro-Março de 2006

## Director:

Dr. José Manuel Azenha Tereso

## Directores-adjuntos:

Dr. Fernando José Lopes (CRSPC)

Dr. José Manuel Lopes de Almeida (Aveiro)

Dr. José Tavares Fernandes (Castelo Branco)

Dr<sup>a</sup> Maria Benilde Gomes Faria Moita (Coimbra)

Dr<sup>a</sup> Maria José Pereira Dias Cardoso Ferreira (Guarda)

Dr. Jorge Manuel Marques Cordeiro da Costa (Leiria)

Dr. José Armando Marques Neves (Viseu)

## Conselho redactorial:

Luís Oliveira (LO)

[luisoliveira@arscentro.min-saude.pt](mailto:luisoliveira@arscentro.min-saude.pt)

Eduardo Duarte (ED)

Lúcio Meneses de Almeida (LMA)

[lucioalmeida@arscentro.min-saude.pt](mailto:lucioalmeida@arscentro.min-saude.pt)

João Breda (JB)

[joaobreda@arscentro.min-saude.pt](mailto:joaobreda@arscentro.min-saude.pt)

## Representantes sub-regionais do Programa SICSP:

*Aveiro:* Dr<sup>a</sup> Maria Irene Pereira Francisco

[dtecnica@srsaveiro.min-saude.pt](mailto:dtecnica@srsaveiro.min-saude.pt)

*Castelo Branco:* Eng. Pedro Anjos

[pedroanjos@srsbranco.min-saude.pt](mailto:pedroanjos@srsbranco.min-saude.pt)

*Coimbra:* Dr. José Manuel da Costa Melo

[asmvelho@srscoimbra.min-saude.pt](mailto:asmvelho@srscoimbra.min-saude.pt)

*Guarda:* Dr<sup>a</sup> Ana Isabel Correia Viseu

[ana.isabel@srsguarda.min-saude.pt](mailto:ana.isabel@srsguarda.min-saude.pt)

*Leiria:* Dr. Rui Manuel Passadouro Fonseca

[rui.manuel@csasampaio.srsleiria.min-saude.pt](mailto:rui.manuel@csasampaio.srsleiria.min-saude.pt)

*Viseu:* Dr<sup>a</sup> Ana Margarida Pinho Almeida

[dspcastelo@srsviseu.min-saude.pt](mailto:dspcastelo@srsviseu.min-saude.pt)



## Conselho permanente:

Alberto Tavares, Ana Félix, António Morais, Cândida Ramos, Carmen Clara Soares, Cristina Santos, Eugénio Cordeiro, Graça Amaral, Ilídia Duarte, Ilídio Ferreira, Isabel Lança, João Breda, João Crisóstomo Borges, Lúcio Meneses de Almeida, Luís Oliveira, Maria João Pedroso, Rosa Castela, Sofia Bernardes, Sónia Veloso

## Conselho Consultivo do Centro Regional de Saúde Pública do Centro:

Cristina Carmona, Eduarda Oliveira, Isabel Neves, Manuela Estêvão, Marques Neves, † Rui Couceiro



## EDITORIAL

É com particular satisfação que o CRSPC edita mais um número do seu Boletim "SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO", desta feita dedicado à Saúde em Meio Escolar. Publicamos dois artigos da autoria de profissionais de saúde pública da Região de Saúde do Centro que espelham o empenho de todos os profissionais da Região e, simultaneamente, o ensejo dos Autores em partilhar com os restantes profissionais experiências e conhecimentos.

Saudamos, pois, os respectivos Autores, pela qualidade do seu contributo e pela sua generosidade - decorrente da partilha de conhecimentos e experiências de um dia-a-dia profissional não isento de constrangimentos e dificuldades várias, mas, por isso mesmo, tão gratificante pelo esforço de servir as comunidades, promovendo a saúde e o bem-estar integral dos indivíduos. Simultaneamente, o Boletim "SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO" assume a sua nova orientação editorial de revista científica e de divulgação de informação em saúde pública, face à realidade da existência de um microsite gerido em completa autonomia por este Centro Regional (através do seu Programa de Informação e Comunicação em Saúde Pública) desde Janeiro de 2006.

A nova Lei Orgânica do Ministério da Saúde, publicada em "Diário da República" a 27 de Outubro do presente ano, ditou o fim dos Centros Regionais de Saúde Pública; a postura do CRSPC é de serenidade e confiança no futuro. Cremos, pois, que se abrem novas perspectivas à Saúde Pública, mais próxima dos decisores e, conseqüentemente, mais influenciadora de opções estratégicas em prol da saúde das populações.

Da parte do Delegado Regional de Saúde do Centro e dos restantes profissionais de saúde pública da Região manteremos a postura de nos colocarmos ao serviço da saúde das populações, no novo contexto institucional.

Desde o passado dia 3 de Agosto que uma Colega e Amiga de todos os profissionais do CRSPC se reformou: a Enfª Maria Alice Quintas Santos Alves de Carvalho. Profissional de saúde pública "co-fundadora" deste Centro Regional, é reconhecida em todo o País pela sua dedicação, empenho e competência, tendo colaborado dum forma desinteressada mas empenhada com vários programas em curso, desde a Vacinação passando pelos Comportamentos Aditivos, pela Prevenção de Acidentes e pela Saúde em Meio Escolar, além de ser detentora de um curriculum invejável na sua área.

A Enfª Alice Quintas destacou-se pelo seu espírito de equipa e entre-ajuda e pelo seu empenho à causa da Saúde Pública, tendo sido directora-adjunta do Boletim "SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO" desde a sua criação até à presente data. Nessa medida, dentre as várias homenagens de que foi alvo, que mais não espelham do que a estima e consideração de todos quantos a conheceram e que tiveram o privilégio de trabalhar consigo, o CRSPC promoveu um almoço de homenagem no passado dia 10 de Novembro na Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra.

Foi evidente o carinho que todos nutrem por esta profissional de excelência, certos de que continuará a colaborar com este serviço da mesma forma empenhada e desinteressada.

Ao dedicar o presente número à Enfª Maria Alice Quintas Santos Alves Carvalho, o Director do Boletim "SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO" mais não faz do que traduzir o sentir de todos os profissionais do CRSPC: "ATÉ SEMPRE, ENFERMEIRA ALICE!".

Para finalizar, não quero deixar de destacar a honrosa visita da Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Enfª Maria Augusta da Purificação Rodrigues de Sousa, a este serviço no passado dia 14 de Novembro, acompanhada pelo Presidente do Conselho Directivo Regional do Centro, Enf. Amílcar Henriques Lopes de Carvalho. Tal visita veio encerrar o périplo desta responsável pelos serviços de saúde da Região Centro, facto que honrou, ainda mais, todos os profissionais do CRSPC.

Relativamente ao futuro deste serviço regional de saúde pública apenas uma palavra: "Serenos mas confiantes", trilhando os caminhos da Saúde Pública!

**José Manuel Azenha Tereso**

Delegado Regional de Saúde do Centro

## Artigo original

# CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NAS ESCOLAS DO CONCELHO DE LEIRIA

**Olinda Sá Marques  
Regina Costa**

*Técnicas de Saúde Ambiental*  
Serviço de Saúde Pública  
Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio (Leiria)

## RESUMO

*A escola é uma organização social e cultural que deve ser capaz de desenvolver valores que conduzem os seus intervenientes a adquirirem competências capazes de os levar a resolver qualquer situação problemática que lhe surja no dia a dia, quer profissionalmente, quer em relação aos outros.*

*Tudo isto acontece num espaço físico, edifício e sua envolvente, que pela sua localização, salubridade, conforto e segurança pode actuar favorável ou desfavoravelmente sobre o crescimento e desenvolvimento e condicionar a saúde dos seus intervenientes/crianças, professores, etc.*

*Aos serviços de Saúde Pública compete fazer a vigilância das condições de segurança, higiene e saúde destes espaços e quando detectadas anomalias, propor correcções à entidade competente (autarquia).*

*Pretende-se com este trabalho dar a conhecer a avaliação das condições de higiene, saúde e segurança das escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins de infância públicos do concelho de Leiria.*

*Os dados vão ser os resultantes da ficha de "Avaliação das Condições de Segurança, Higiene e Saúde nas Escolas" – modelo 126.05 – preenchida pelos quatro Técnicos do Serviço de Saúde Pública do Concelho de Leiria, referente ao ano lectivo 2004/05.*

## 1. Introdução

A escola é uma sociedade em miniatura com a sua própria cultura e o seu clima particular, por sua vez compostos por uma variedade de sub-culturas identificáveis afectando o comportamento e o trabalho dos alunos de múltiplas maneiras.

As instituições escolares necessitam de obedecer a certo número de requisitos e dispor de instalações convenientes, de que se salientam: situação e orientação, capacidade, ventilação, iluminação, aquecimento, mobiliário, material pedagógico, instalações sanitárias, recreio, cantina e actividades colectivas.

A escola, pela sua localização, salubridade, conforto, segurança, tipo de instalações e modo de funcionamento, pode actuar favorável ou desfavoravelmente sobre o crescimento e desenvolvimento e condicionar fortemente a saúde de todos os seus utilizadores: alunos, professores e funcionários.

A existência de um bom ambiente físico na escola e o estabelecimento de relações "saudáveis" entre os diversos elementos da comunidade escolar proporcionarão segurança e bem-estar aos utilizadores e contribuirão para que a escola seja vivida com alegria e prazer e seja sentida como um local agradável e de atracção.

Aos serviços de Saúde Pública compete fazer Vigilância das condições de Segurança, Higiene e Saúde destes estabelecimentos e quando verificadas anomalias, propor correcção à Autarquia a quem é atribuída competência para a sua manutenção, através da Lei n.º59/99 de 14/09/99.

No ano lectivo de 2004/2005, foram efectuadas pelos Técnicos de Saúde Ambiental, do Serviço de Saúde Pública do Concelho de Leiria, vistorias aos estabelecimentos do 1ºCiclo do Ensino Básico e Jardins de Infância do concelho de Leiria, tendo sido elaborado um relatório com a avaliação dos estabelecimentos escolares e discriminação das insuficiências ou anomalias detectadas. Este relatório foi enviado à respectiva Câmara Municipal, solicitando-se a sua intervenção.

A área geográfica do concelho de Leiria encontra-se subdividida por dois Centros de Saúde (Dr. Arnaldo Sampaio e Dr. Gorjão Henriques), pelo que o parque escolar também se encontra dividido pela área abrangente de cada um dos Centros de Saúde. Deste modo foi também enviado o referido relatório aos Directores dos respectivos Centros de Saúde de modo a promover a desejável articulação com as equipas de saúde escolar.

## 2. Material e métodos

Para a avaliação das condições de segurança, higiene e saúde nas escolas foi utilizada a ficha modelo 126.05, da Direcção Geral da Saúde, tendo esta sido efectuada ao

# Saúde Pública ao Centro

N.º 6 ♦ Janeiro-Março de 2006



longo do ano lectivo 2004/05 pelos Técnicos de Saúde Ambiental Helena Costa, Manuel Cardoso, Olinda Marques e Regina Costa.

A avaliação incidiu num total de 178 escolas públicas do concelho de Leiria, das quais 103 são do 1º Ciclo do Ensino Básico, 63 Jardins-de-infância e 12 Integradas (1º Ciclo e Jardim de Infância).

A avaliação incidiu sobre as condições de segurança e higiene do Edifício Escolar e sobre as condições de segurança e higiene do Meio Envolverte.

Os critérios de classificação foram avaliados de Boa, Razoável e Má, consoante as letras A, B e C, constantes na ficha de avaliação.

- A- Sempre que a situação descrita não se verifique.
- B- Sempre que a situação descrita se verifique e apresente média gravidade.
- C- Sempre que a situação descrita se verifique e apresente elevada gravidade.

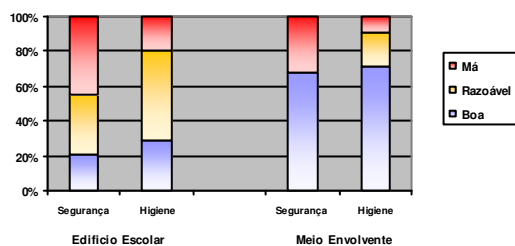
	SEGURANÇA Meio envolvente	SEGURANÇA Edifício e recinto escolar
Boa	B=0 e C=0	B=0 e C=0
Razoável	B≤2 e C=0	B≤5 e C=0
Má	B≥3 e/ou C≥1	B≥6 e/ou C≥1

	HIGIENE E SAÚDE Meio envolvente	HIGIENE E SAÚDE Edifício e recinto escolar
Boa	B=0 e C=0	B=0 e C=0
Razoável	B≤2 e C=0	B≤5 e C=0
Má	B≥3 e/ou C≥1	B≥6 e/ou C≥1

## 3. Resultados

### Jardins de Infância 2004/2005

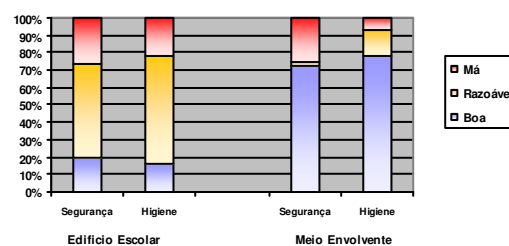
Fig. 2 - Condições de Segurança e Higiene das Escolas- Jardins de Infância



Condições	Edifício Escolar		Meio Envolverte	
	Segurança		Higiene	
	Nº	%	Nº	%
Má	28	44,45	12	19,05
Razoável	22	34,92	33	52,38
Boa	13	20,63	18	28,57

### Escolas do 1º Ciclo 2004/2005

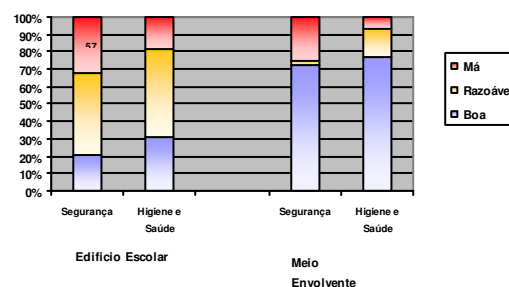
Fig. 3 - Condições de Segurança e Higiene das Escolas - Escolas do 1º Ciclo



Condições	Edifício Escolar		Meio Envolverte	
	Segurança		Higiene	
	Nº	%	Nº	%
Má	27	26,22	23	22,33
Razoável	56	54,37	63	61,17
Boa	20	19,41	17	16,50

### Avaliação Global do Concelho 2004/2005

Fig. 3 - Condições de Segurança, Higiene e Saúde das Escolas - Avaliação Global do Concelho





Condições	Edifício		Escolar		Meio		Envolvente	
	Segurança		Higiene		Segurança		Higiene	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Má	57	32,02	33	18,54	46	25,84	13	7,30
Razoável	85	47,75	90	50,56	4	2,25	27	15,17
Boa	36	20,23	55	30,90	128	71,91	138	77,53

Quanto à **Segurança em Edifício Escolar** há a considerar que 32% dos estabelecimentos obtiveram classificação de Má e só 20% dos estabelecimentos obtiveram classificação de Boa

Quanto à **Higiene e Saúde do Edifício**, verificou-se que apenas 18,5% destes estabelecimentos obtiveram classificação de Má e 31% obtiveram classificação de Boa.

Em relação à **Segurança do Meio Envolvente** há a referir que 25,84% obtiveram classificação de Má e 72% dos estabelecimentos obtiveram classificação de Boa.

Quanto à **Higiene do Meio Envolvente** é de salientar que só 7% dos estabelecimentos obtiveram a classificação de Má e 77,5% dos estabelecimentos obtiveram uma classificação de Boa.

## 4. Discussão

Pela análise dos resultados é possível efectuar as seguintes principais considerações.

Quanto à **Segurança em Edifício Escolar** 32% dos estabelecimentos obtiveram classificação de Má, o que poderá ser justificado pelo facto de as escolas serem na sua maioria cinquentenárias e ainda não estarem adaptadas às novas exigências que o Decreto-Lei n.º 414/98 de 31/12/98 refere sobre a segurança contra incêndios nestes estabelecimentos.

Quanto à **Higiene e Saúde do Edifício** 18,5% destes estabelecimentos obtiveram classificação de Má, o que poderá ser justificado pela implementação da alimentação em meio escolar, sendo por vezes criadas infra-estruturas no recreio que existia para as crianças brincarem, ficando assim sem espaço coberto para o fazerem, assim como a falta de sistemas de exaustão nos equipamentos de queima e outros meios.

Em relação à **Segurança do Meio Envolvente** 25,84% obtiveram classificação de Má, o que poderá ser justificado pelo facto de algumas escolas se localizarem junto de rodovias com bastante trânsito e com deficiente sinalização, tornando-se inseguras para os alunos.

Quanto à **Higiene do Meio Envolvente** só 7% dos estabelecimentos obtiveram a classificação de Má, podendo dever-se ao facto de estarem junto de fontes poluidoras e ruidosas.

Pelo que no que diz respeito às condições de Segurança e higiene do meio envolvente a grande maioria dos edifícios encontram-se bem localizados quer em relação a estabelecimentos tóxicos, cruzamentos, trânsito etc. quer em relação a fontes ruidosas.

## 5. Considerações finais

Relativamente aos aspectos de Segurança estende-se ser de salientar a grande exigência dos critérios da ficha de avaliação. De facto, algumas situações que levaram a que escolas tivessem uma classificação de “Má” ou “Razoável” não poderão ser consideradas demasiado significativas, por exemplo: ausência de plano de evacuação ou extintores de incêndio pontualmente fora do prazo de validade.

Quanto à higiene é de referir por exemplo que a existência da má conservação das instalações sanitárias e/ou equipamento (torneiras, canos etc.), e ainda o mau funcionamento do sistema de exaustão ou a sua inexistência, foram factores que contribuíram para que os critérios de avaliação fossem de “Má” ou “Razoável”. É de referir que ao longo do ano, independentemente desta avaliação, nas situações de gravidade encontradas havia uma intervenção pontual para a sua correcção imediata.

De notar ainda o facto de ao longo das visitas efectuadas, ter havido grande receptividade dos professores, educadores, responsáveis locais (Juntas de Freguesia) e Associações de Pais para este trabalho.

Perante estes resultados torna-se assim necessário melhorar e cumprir a legislação e normas em vigor, e quaisquer outras recomendações que venham a ser efectuadas.

É importante existir uma maior interdisciplinaridade entre as instituições que intervêm na promoção da Saúde, para fomentar intervenções mais rápidas e eficazes.

A sensibilização na escola, na família e na comunidade é fundamental para a conservação e embelezamento do espaço escolar, lembrando que este é de todos e para todos.

## Bibliografia

OMS - Organização Mundial da Saúde; Preparar o futuro – Ambientes saudáveis para crianças. Dia Mundial da Saúde 2003.

Ferreira, F. A. Moderna Saúde Pública., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

Decreto-Lei n.º 414/98. Diário da República I série-A n.º 301 de 31-12-1998.

Normas de preenchimento da ficha de Avaliação das Condições de Segurança, Higiene e Saúde nas Escolas. Direcção Geral de Saúde.

Ficha de Avaliação das Condições de Segurança, Higiene e Saúde nas Escolas; Mod. 126.05/10 – 530000353.

Saúde Infantil; Hospital Pediátrico de Coimbra, Setembro 2004. ISSN n.º 0874-2820.

## Projecto Ambiental “CRESCER PARA UMA NOVA VIDA”

### Projecto Escolar em Saúde Ambiental

**Cristina Madeira<sup>1</sup>; Cristina Santos<sup>2</sup>;  
Esmeralda Santos<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Licenciada em Engenharia Química Industrial, Variante Tecnologia do Ambiente – Câmara Municipal de Soure

<sup>2</sup> Licenciada em Saúde Ambiental – Centro de Saúde de Condeixa-a-Nova

<sup>3</sup> Licenciada em Saúde Ambiental – Centro de Saúde de Soure

## INTRODUÇÃO

Não passaram ainda muitos anos desde que o homem começou a despertar para uma realidade que é hoje intensamente vivida em todos os continentes. De repente, o ser humano olhou-se de uma nova forma, de olhos abertos ao meio ambiente que o rodeia, ao mundo que lhe entra pelas janelas e lhe perfuma suavemente a casa.

O ser humano começou a sentir que entre si e a natureza havia uma relação muito forte e cada vez mais estreita. É já evidente que grande número das doenças que atinge a humanidade, tem origem nas agressões que o homem, na sua ânsia de progresso, diariamente faz à natureza que o rodeia.

São inúmeras as pessoas que ainda hoje pensam ser uma idiotice beber água tratada ou separar os resíduos. Conceitos como estes são inquestionáveis hábitos de vida locais. Só uma educação preservante e adaptada às realidades culturais poderá, a pouco e pouco, fazer desaparecer estas práticas seculares, que fazem parte da vida tradicional das populações.

Contudo, não há nada mais difícil do que modificar os valores culturais!

Há indícios que sugerem que as crianças, apesar do seu estatuto de minoria, podem agir como catalisadores de

mudança social, tanto na comunidade como no meio familiar onde estão inseridas.

Este Projecto de Educação Ambiental pretendeu lançar algumas ideias para ajudar as crianças, que frequentavam o 1º ciclo do ensino básico das escolas dos Concelhos de Condeixa-a-Nova e de Soure, a cultivarem o que há de bom na natureza, e assim, crescerem de mãos dadas com o ambiente, estimulando a pesquisa de problemas ambientais locais e a procura de soluções para que se possa *“crescer para uma nova vida”*.

## OBJECTIVOS

Este Projecto de Educação Ambiental decorreu no ano lectivo de 2004/2005, com os seguintes objectivos:

### OBJECTIVOS GERAIS

- Promover a formação de valores e atitudes que levem à adopção de comportamentos adequados face à preservação do ambiente;
- Contribuir para a criação de uma nova consciência ecológica;
- Sensibilizar as crianças para a economia das reservas florestais, da energia e da água;
- Promover o desenvolvimento de competências básicas nas crianças, incentivando a sua participação activa na preservação do ambiente urbano;
- Incentivar as crianças para que estas sejam os agentes/veículos de mudança de atitudes/comportamentos nas famílias e na comunidade envolvente;
- Valorizar a natureza;
- Aumentar o sentido de responsabilidade da criança em relação ao ambiente e permitir a cada um contribuir para a sua melhoria.

### OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar alguns gestos amigos do ambiente;
- Definir poluição e tipos de poluição;
- Separar os resíduos sólidos urbanos pela sua composição e natureza;
- Aplicar a política dos 3 R's - Redução, Reutilização, Reciclagem;
- Promover o consumo de água tratada;
- Ensinar a fazer uma folha de papel reciclado;
- Analisar as diferenças entre água poluída e água potável;
- Incentivar a economização da água;
- Conhecer algumas noções importantes para a saúde e para a protecção do ambiente relativamente à poluição e à protecção da natureza.

## MATERIAL E MÉTODOS

De forma a concretizar os objectivos a que nos propusemos, e uma vez que uma actividade prática valerá mais do que uma teórica, tratámos variados temas, tais como, a água (ciclo da água; sistemas de abastecimento; poluição, preocupações ambientais), os resíduos urbanos (política dos 3R's), o ar (poluição - causas e consequências), a floresta (preservação e viabilização), solo (contaminação), de forma lúdica, nomeadamente através de uma apresentação teatral, e da realização de jogos diversos com as crianças. No seu conjunto as actividades foram divididas em duas partes, nomeadamente:

### PARTE I

- ✓ Apresentação teatral dos temas;
- ✓ Mostra de objectos feitos a partir de resíduos;
- ✓ Workshop “Jogo do ecoponto”;
- ✓ Workshop “Jogo do ambiente”;
- ✓ Workshop “Jogo da reutilização”;
- ✓ Actividade prática que visou:
  - Elaboração de uma bolsa ambiental;
  - Elaboração de papel reciclado (cartões diversos);
  - Plantação de árvores no dia 21 de Março;
  - Construção de ecopontos;
  - Elaboração de máscaras e de fatos a partir de resíduos.

### PARTE II

- ✓ Exposição de desenhos e de objectos elaborados pelas crianças acerca dos temas tratados;
- ✓ Desfile de fatos criados com resíduos.

A avaliação do Projecto de Educação Ambiental “Crescer Para Uma Nova Vida” foi conseguida através da apreciação de trabalhos elaborados pelas crianças, no decurso dos diferentes jogos e através da aplicação de um questionário (com a ajuda dos professores), revelando assim, os seus conhecimentos, atitudes e comportamentos.

## RESULTADOS/CONCLUSÕES

Da análise das respostas dadas ao questionário pudemos concluir que 55% das crianças já tinha participado em acções ligadas ao ambiente, o que revela a necessidade de fazer um maior investimento em acções de formação desta natureza.

Em relação à utilização de papel reciclado, 52% das crianças disseram que utilizavam este papel, enquanto 48 % responderam que não.

Inquiridos acerca da separação ou não dos resíduos na escola, 67% responderam que a faziam e 33% responderam que não. Este resultado deve-se ao facto, de muitas escolas ainda não disporem de contentores para a triagem dos diferentes resíduos, o que possivelmente impede a sua realização. Fazendo esta mesma pergunta, mas em relação ao procedimento em casa, 63% das crianças responderam que faziam a triagem.

Questionou-se ainda, se habitualmente colocavam os papéis para o chão, 91% das crianças responderam que não, e apenas 9% responderam que sim. Será verdade?

Em relação à avaliação dos conhecimentos foram feitas as seguintes questões:

- O que é uma ETAR? Apenas 14% sabiam;
- O que significa a política dos 3 R's? Somente 15% das crianças acertou;
- O que é um ecoponto? 83% responderam acertadamente;

Pretendemos ainda saber qual a origem da água que as crianças consumiam na escola e em suas casas. Na escola, 71% das crianças bebiam água da rede e 29% traziam água de outra proveniência (furo, fontes). Em contrapartida, em casa, apenas 31% das crianças consomem água da rede e 69% bebem água de outra proveniência. Tal facto levou-nos a incentivar as crianças ao consumo preferencial de água da rede ou de outra origem desde que devidamente vigiada e controlada.

Esta nossa experiência permite ainda concluir que os novos valores deverão ser inculcados no ser humano à medida que este vai progredindo em aprendizagem, isto é, desde criança. É nesta altura da vida que se aprendem atitudes, correctas ou incorrectas, que praticamente condicionarão o comportamento do indivíduo ao longo da sua existência. E, se todos tivermos comportamentos responsáveis em defesa do ambiente e da saúde individual e colectiva, estaremos a cuidar de nós próprios e das gerações vindouras.

## LEITURAS ACONSELHADAS

Título: *Plano de acção 2006-2008 da ARS do Centro*

Categoria: *Monografia*

Número de páginas: *120*

Edição: *Administração Regional de Saúde do Centro*

Depósito: *exemplar no CRSPC*

**Comentários:** Face à nova realidade institucional do CRSPC e à relevância estratégica deste documento para o Planeamento em Saúde da Região Centro, recomendamos a consulta do Plano de acção para o triénio corrente da ARS do Centro.

A sua coordenação geral foi da responsabilidade do Conselho de Administração da ARS do Centro, tendo contado com a colaboração de muitos profissionais do CRSPC – caso do seu coordenador, dr. José Manuel Azenha Tereso e do assessor para a área do Planeamento, dr. António Brochado Morais.

Este documento pretende dar cumprimento ao Plano Nacional de Saúde e ao Programa do XVII Governo Constitucional. *“Pretendemos que este Plano de Acção seja um instrumento de trabalho que ajude os responsáveis pelas instituições de saúde da Região e os profissionais de saúde a enquadrarem melhor o seu esforço no conjunto de contributos que hão-de continuar a afirmar a diferença da Região Centro, quando se fala de qualidade em saúde”* (do Preâmbulo).

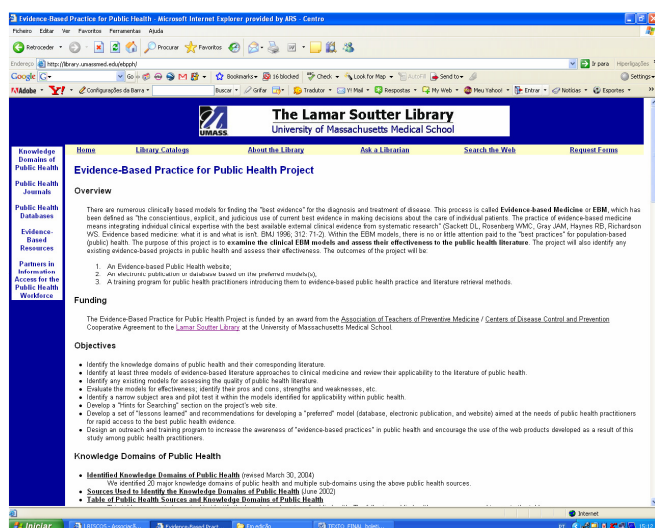
De particular relevância é o seu capítulo I, correspondente ao Diagnóstico de Saúde da Região Centro (pp. 13-42), ponto de partida do processo de planeamento em saúde.

Recomenda-se a sua leitura pelos responsáveis das instituições (públicas e privadas) de saúde da Região, enquadrada na nova perspectiva de prestação de cuidados em função das necessidades de saúde das populações-alvo – visando os ganhos em saúde.

*Documento disponível em formato PDF na página web da ARS do Centro* (<http://www.arsc.online.pt>)

LMA

## SITES DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA



### Site: *The Lamar Soutter Library*

Endereço: <http://library.umassmed.edu/index.html>

Instituição e país de origem: *University of Massachusetts Medical School, EUA*

Língua: *Inglês*

**Comentário:** Ainda na senda do planeamento, eis um *site* que apresenta um *link* dedicado à Saúde Pública Baseada na Evidência (endereço: <http://library.umassmed.edu/ebpph/>).

O referido *link* está inserido no Projecto da Prática da Saúde Pública Baseada na Evidência da Escola Médica da Universidade do Massachusetts, sendo do maior interesse para os profissionais de saúde pública (em especial médicos de saúde pública) pelas fontes de informação que disponibiliza.

A prática da moderna Saúde Pública assenta na evidência científica, indispensável ao processo de planeamento em saúde e à tomada de decisões desde o nível estratégico ao nível operacional.

Desta forma, recomenda-se a sua navegação por todos quantos têm responsabilidades no Planeamento em Saúde e, em particular pelos médicos de saúde pública, a quem cabe assessorar a tomada de decisões nesta área, tendo em vista a prestação sustentável de cuidados de saúde apropriados ao nível de saúde das populações e comunidades.

LMA

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O *Boletim do CRSPC* aceita para publicação artigos de revisão e de investigação (publicados em separata científica), na área da Saúde Pública e áreas afins, bem como artigos de opinião e cartas ao Director.

Os **artigos originais** submetidos para publicação, serão submetidos a apreciação prévia pelo Conselho Redactorial, que poderá solicitar os pareceres científicos necessários junto da Assessoria Científica – exceptuam-se os artigos de opinião e as cartas ao Director, desde que pautados pela civilidade e pertinência.

Os artigos devem ser estruturados da seguinte forma, não devendo ultrapassar 12 páginas a 2 espaços: 1. Página de título; 2. Resumo; 3. Introdução; 4. Material e métodos; 5. Resultados; 6. Discussão; 7. Bibliografia; 8. Legendas; 9. Figuras; 10. Quadros.

A *página de título* deve conter, além do título (e, eventualmente, sub-título) sem abreviaturas, elucidativo e conciso, a identificação do autor (nome profissional), serviço ou instituição onde exerce e contactos (nomeadamente *e-mail*).

O *resumo*, em português e em inglês, não deve ultrapassar as 200 palavras. A redacção encarrega-se, caso seja solicitado, de traduzir o resumo para inglês.

A *bibliografia* deve obedecer à norma de Vancouver e deve ser referenciada por ordem de aparecimento no texto em numeração árabe (superior à linha).

Exemplos:

*Livro:*

Cochrane J. An illustrated history of medicine. London: Tiger books International, 1996

*Capítulo de livro:*

Messing RO. Biologia da dependência In Braunwald E, Fauci AS, Kasper DL *et al* (editores) Medicina Interna (15ª edição). Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2002

*Artigo em revista:*

Alwan A. Noncommunicable diseases: a major challenge in the region. Eastern Mediterranean Health Journal 1997; 3 (1): 6-16

Os originais dos artigos, escritos em português ou inglês, devem ser enviados em disquete de 3,5" acompanhados de 1 cópia impressa enviada para Centro Regional de Saúde Pública do Centro, Rua Augusta, 27-1º 3000-061 Coimbra ou por correio electrónico para o endereço [boletim.crspc@arscentro.min-saude.pt](mailto:boletim.crspc@arscentro.min-saude.pt).